

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL - ESR  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - COC

NICOLLE MARIE DA CRUZ VASSOU

**A BAIXADA É CRUEL: RACISMO AMBIENTAL E NARRATIVAS  
CONTRACOLONIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ  
(VERSÃO CORRIGIDA)**

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

2020

NICOLLE MARIE DA CRUZ VASSOU

**A BAIXADA É CRUEL: RACISMO AMBIENTAL E NARRATIVAS  
CONTRACOLONIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de  
Ciências Sociais da Universidade  
Federal Fluminense, como requisito  
parcial das exigências à obtenção do  
título de licenciada em Ciências  
Sociais

Orientadora:  
Profa. Dra. Maria Gabriela Scotto

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ  
2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BUGG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C955b Cruz vassou, Nicolle Marie da  
A BAIKADA É CRUEL: RACISMO AMBIENTAL E NARRATIVAS  
CONTRACOLONIAIS NA BAIKADA FLUMINENSE/RJ / Nicolle Marie da  
Cruz vassou ; Maria Gabriela Scotto, orientadora. Campos dos  
Goytacazes, 2020.  
34 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências  
Sociais)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de  
Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos  
Goytacazes, 2020.

1. Racismo Ambiental. 2. Baixada Fluminense (Rio de Janeiro,  
RJ). 3. Contracolonial. 4. Movimentos Sociais. 5. Produção  
intelectual. I. Scotto, Maria Gabriela, orientadora. II.  
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da  
Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

Bibliotecário responsável: Sandra Lopes Coelho - CRB7/3389

NICOLLE MARIE DA CRUZ VASSOU

**A BAIXADA É CRUEL: RACISMO AMBIENTAL E NARRATIVAS  
CONTRACOLONIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao Departamento de Ciências Sociais da  
Universidade Federal Fluminense, como  
requisito parcial das exigências à obtenção do  
título de licenciada em Ciências Sociais

Aprovado em 28 de agosto de 2020

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria Gabriela Scotto UFF  
(Orientadora)

---

Profa. Dra. Isabel Cristina de Moura Carvalho-UNIFESP

---

Profa. Dra. Palloma Valle Menezes - UFF

# A BAIXADA É CRUEL: RACISMO AMBIENTAL E NARRATIVAS CONTRACOLONIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ

**Nicolle Marie da Cruz Vassou**<sup>1</sup>

Orientadora: Maria Gabriela Scotto<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo analiso como o processo de ocupação da Baixada Fluminense é marcado pela hierarquia racial introduzida pela lógica colonial, e que tem como efeito o *racismo ambiental* experienciado pelos sujeitos que habitam na periferia fluminense. Frente a isso essas posições são repensadas por uma organização, a Casa Fluminense, que irá questionar a relação núcleo-periferia e seus efeitos na qualidade de vida ambiental da região. Através da articulação de autores que contam a história da região, destaco os processos de ocupação territorial na Baixada Fluminense, e como esses sempre foram marcados por uma interação violenta com o ambiente, onde a região sempre teve que cumprir os interesses externos e acumular para si os danos dessas atividades. Todavia, observamos, através das redes sociais e da entrevista com membro da Casa Fluminense, que os casos de racismo ambiental e os conflitos decorrentes ali não passam despercebidos; eles são incorporados nas reivindicações da organização, procurando construir uma narrativa contra-colonial que traz a região, à margem da cidade do Rio de Janeiro, também como peça central de suas agências. Concluimos que, mesmo com sua atuação referindo-se à toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, a pluralidade que adota nas suas ações permite o distanciamento de um olhar monocultural, assumindo as especificidades de cada local e suas potências identitárias, territorializando e corporificando as desigualdades, construindo importantes caminhos para seus enfrentamentos dentro da realidade vivida na metrópole, inclusive na Baixada Fluminense.

**Palavras-chaves:** Baixada Fluminense; racismo ambiental; contracolonial.

**Abstract:** This article analyses how the occupancy process of Baixada Fluminense has been marked by the racial hierarchy stemming from the colonial approach which makes people from the slum in there to experience the environmental racism. Therefore, these topics are reconsidered by the Casa Fluminense organization, which questions the relation between the core and the outskirts and how it affects the environment quality of life in that area. Through the articulation of some authors who have written about the region, I highlight the occupancy process of Baixada Fluminense and the fact that they have been marked by a violent interaction with the environment. Furthermore, we noted through social media and interview with a Casa Fluminense member that the environmental racism cases and conflicts arising do

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (CGS/ESR/UFF). E-mail: [nicolle.vassou@id.uff.br](mailto:nicolle.vassou@id.uff.br)

<sup>2</sup> Professora Associada de Antropologia do Departamento de Cs.Sociais (COC/ESR/UFF) e professora do quadro permanente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP/UFF). E-mail: [mgsotto@id.uff.br](mailto:mgsotto@id.uff.br)

not go unnoticed in there. These issues are incorporated in the demands of the organization and they try to create a contemporaneous narrative against the colonial one, which put the region (that is on the sidelines of the Rio de Janeiro city) as main item in their agencies. It was concluded that even though their acting refers to the entire Rio's metropolitan area, the plurality that is active in their actions generate a move away from a monocultural eye when we consider the specific characteristics of each location and their identity power, territorializing and embodying inequalities, creating significant ways to its confrontations in the metropolis reality, including in the Baixada Fluminense.

**Keywords:** Baixada Fluminense; environmental racism; against colonial.

## Introdução

Sente esse som, que o tambor vem da raiz, tudo o que eu quero é ver os pretos feliz. Então você pode até pedir bis, nem todo mundo odeia o Chris. Quem ta passando é o bonde, não olha pro lado! Quem é não se esconde, o papo ta dado! Vem pro nosso lado beber um destilado, tô pique chorão marginal alado. Baixada é cruel! Baixada é cruel! (Marcão Baixada)

Iniciarei a presente análise a partir da provocação que irá nortear esta discussão, a percepção do “meio ambiente” dentro do território urbano e seus desdobramentos. A forma como somos apresentados a conceitos e coisas perpetuam, em todo nosso olhar sobre o mundo, entre eles no campo simbólico de representações da natureza. Ela, a “natureza” é uma das primeiras noções a sermos instigados a conhecer na infância, a desenhar, colorir, falar, ou seja, representar. O que vemos assim, é uma natureza intocada, temos árvores, flores, mares e rios; a cidade em sua estética “urbanizada” não existe dentro de uma perspectiva do que é o meio ambiente, criando uma relação antagônica entre a Cidade vs. a Natureza.

A relação da sociedade ocidental com a natureza passou por diversos processos de transformação, com a urbanização e a expansão das cidades, o que antes era símbolo de prosperidade como as condições de terras, plantações, criação de animais, se torna o símbolo do atraso e da oposição à lógica civilizatória, que difunde culturalmente a fé no chamado *desenvolvimento*, como a apropriação e as novas formas de modificarem as condições naturais do ambiente. A forma como encontramos hoje o contato de admiração com a natureza, surge no século XIX com uma aproximação gradual da natureza, principalmente como hábitos de lazer e relaxamento pela burguesia da época (CARVALHO, 2009).

As práticas ditas ecológicas que encontramos difundidas em muitos dos principais movimentos ambientalistas ainda caminham impregnadas por esse romantismo, construindo políticas ambientais de preservação do ambiente, com pouco engajamento para compreender as diferentes formas de relação com a natureza que, por exemplo, os povos originários da região estabelecem com esse ambiente. Os processos de criação, implementação e gestão dessas políticas ambientais têm como finalidade a construção de reservas ou unidades de conservação que não tem em seu espaço de decisão a população que ali residia, impulsionando um movimento de migração dessa população que não é reconhecida como parte desse território (DIEGUES, 2001)

Na cidade, essa interação com o ambiente é fragmentada a partir da organização socioespacial, as áreas verdes que até então deveriam ser preservadas em parques, passam a ser um elemento da paisagem dos bairros valorizados, ruas largas e arborizadas, praças com gramas, lagoas, e sombras proporcionadas pelas grandes árvores. Esse modelo de “gentrificação verde” é visto em várias cidades do mundo.<sup>3</sup> As áreas verdes viram ferramentas de distinção e reconhecimento social, sendo esse um dos principais aspectos que separam, no caso do Rio de Janeiro, a Zona Sul da região da Baixada Fluminense: o alto investimento em paisagismo, infraestrutura, coletas seletivas, que marcam uma forma romântica de viver na cidade.

Como dar nome de “questões ambientais”, então, aos conflitos que ocorrem dentro da periferia carioca, já que os elementos que constroem o que é compreendido como ambiental não são presentes na paisagem das cidades da região? Estes conflitos, que se caracterizam pela disputa territorial sobre os elementos que constituem o ambiente natural urbano, como o solo, o clima, a água, entre outros (ACSERALD, 2004), faz da *cidade* um espaço de sociabilidade que materializa, através das diferentes formas de interação e apropriação da natureza, as condições de uma estrutura marcada pela desigualdade racial e econômica. Um dos efeitos da desigualdade racial se apresenta dentro da construção da estereotipagem (HALL, 2016), expressando-se nas percepções do que é o "normal" e o "perverso", derramando os estereótipos do sujeito, para seu território.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> O conceito de gentrificação verde foi obtido a partir da Resenha do livro *Green Gentrification: Urban sustainability and the struggle for environmental justice* (2016) dos autores Kenneth A. Gould e Tammy L. Lewis, elaborada pelo pesquisador Pedro Henrique Campello Torres, segundo o autor o livro tem como foco principal a discussão do direito à cidade na sociedades contemporâneas.

<sup>4</sup> Stuart Hall, concentra sua análise na construção da estereotipagem como uma prática de reprodução de significados e uma peça fundamental para a diferenciação racial através do poder “manutenção da ordem social

Os grupos que ocupam os espaços onde os estereótipos são sentidos por meio de tantas angústias causadas pelo ambiente, nem de longe deixam de carregar toda a materialização das condições estruturantes das hierarquias sociais e raciais. Neste ponto, o ambiente possui em sua essência não apenas os seus recursos naturais e modificados pela intervenção humana, mas reflete em si as marcas do sujeito racializado.

Essas reflexões, ou provocações, são as que permeiam a análise do dia-a-dia da Baixada Fluminense, dos seus atores, de sua história. O processo de construção socioespacial do Rio de Janeiro e as mãos coloniais que puxaram e soltaram os “marginalizados”, para a ocupação das áreas distantes do grande Centro, continuam hoje a vagar como uma força ancestral, produzindo e reproduzindo processos de racismo ambiental.

No presente artigo caminho a pequenos passos pela historicidade da Baixada Fluminense com Simões (2006), Rodriguez (2015) e Figueiredo (2004), o breve trajeto histórico da Baixada Fluminense (BF) é construído com a centralidade das dinâmicas raciais como ferramenta de organizações territoriais e seus posteriores efeitos nos conflitos ambientais experienciados na realidade Baixadense. A proposta reflexiva é cercada pelos questionamentos quanto aos conflitos ambientais expostos na BF e como estes, se configuram casos de Racismo Ambiental (HERCULANO, 2001), perante à isso temos as ações combativas da Casa Fluminense (CF), uma organização que traz em suas narrativas sobre a Região Metropolitana do Rio (RMRJ), a centralidade dos significados, modos de vida, e produções da população periférica. Propomos o reconhecimento destas narrativas como contra-coloniais (SANTOS, 2015)<sup>5</sup>, pois nelas se reconhecem as potências discursivas

---

e simbólica” (HALL, 2016, p. 192), apropriando-se da tipificação de Richard Dyer (p. 190) ele fomenta que compreensão do mundo se constrói através das teias de significados que atribuímos às pessoas, objetos individuais e eventos em um sistema de classificação que ganha sentido dentro da cultura a qual os indivíduos estão inseridos, ou seja, compreendemos o mundo através dos significados construídos e compartilhados culturalmente. Pensando nessa perspectiva a construção da estereotipagem para Hall tem o poder de estabelecer uma divisão simbólica do que é tido como “normal” e o “perverso”.

<sup>5</sup> Antonio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo é um relator do saber e lavrador, como ele se define, é o retrato do seu próprio conceito de confluência, um homem que carrega em seus textos, livros, apresentações os saberes das comunidades tradicionais, nascido no Vale do Rio Berlengas, antigo povoado Papagaio, hoje município de Francinópolis/PI e vivente no quilombo Saco-Curtume em São João do Piauí/PI, frequentou a escola até a oitava série e formou-se como mestre de ofício. Mas foi a vida em contato com a terra o transformou um grande intelectual que insere nos debates sobre o pensamento social brasileiro, as perspectivas dos povos contra coloniais, suas análises abordam o parto da colonização, religiosidade, os processos de revolta e resistências das comunidades que lutam por viver em liberdade e longe dos modos de vidas trazidos pela colonização, como Palmares, Canudos, entre outros. Além disso, uma outra forma de interação com o ambiente e seus elementos através da biointeração, diferente dos processos desenvolvimentista e exploratório vivenciado nas sociedades contemporânea, analisa também as expressões dos direitos e saberes orgânicos (Ser) e sintéticos (Ter). Grande militante da causa quilombola, ainda quando criança foi escolhido pela sua comunidade para ser o “tradutor” da língua escrita, ou seja, seu representante para exercer a leitura e a escrita, e apresentá-la dentro



e mobilizadoras das periferias, questionando a centralidade estabelecida na relação núcleo-periferia na gestão da metrópole carioca. Destacamos a construção realizadas pela CF, dentre elas o "Mapa da Desigualdade 2020", compreendendo que um elemento que outrora foi utilizado para a dominação de territórios (GOUVEIA, DE OLIVEIRA, 2019), agora se apresenta como um recurso para evidenciar as desigualdades.

Atribuo um papel fundamental das perspectivas dos grupos contracoloniais, como os quilombolas, para pensarmos a complexidade das relações de interações com a natureza que conhecemos pela colonização. Representa neste artigo o caminho, resgatando a sensibilidade e o potencial das análises concebidas dentro de comunidades, que se utilizam dos saberes passados pela oralidade, na escrita, para fincar sua existência na pós colonialidade. Reconheço o caráter sociológico, antropológico e político dessas contribuições frente às análises marcadas por processos de adestramento construídos pela colonização, especialmente na Periferia, onde este amargor atravessou meu caminho.<sup>6</sup>

## **1. A vida rural na Baixada Fluminense**

Articulando as contribuições de Rodriguez (2003), Simões (2006) e Figueiredo (2004), iremos compor um breve quadro dos estágios de apropriação e utilização da terra na Baixada Fluminense, e como as condições ambientais desta região sempre estiveram em segundo plano frente aos interesses econômicos da metrópole. A extração de recursos naturais, modificações na geomorfologia da região e a ausência da intervenção do Estado em recuperação ambiental, refletem nas condições insalubres que anos de atividades causaram aquela área.

---

da oralidade e vice-versa, é membro de diversos movimentos ligados às causas quilombolas e da população negra.

<sup>6</sup> Quando me aprofundei nas pesquisas ambientais deparei-me com um interesse que partia profundamente das minhas experiências, quando Weber discute neutralidade axiológica a possibilidade de nomear nossos interesses ganha força dentro da prática sociológica, o que antes significava falta de objetividade, agora apresenta-se como a humanidade que as ciências sociais carregam dentro de suas motivações de pesquisas. É assim que deixo escuro neste texto como ele é perpassado pela minha experiência com o ambiente e minha desnaturalização representativa. A “escrevivência” norteia toda a construção deste trabalho, de histórias que me despertaram à atenção e permitiram um olhar sensível sobre os casos. O conceito de escrevivência pensando pela autora Conceição Evaristo nos diz sobre as subjetividades que permeiam as escritas das “mulheridades negras”, o que diz respeito não apenas a falarmos sobre nossas vidas, mas de carregar em nossas análises sobre o mundo as corporeidades da experiência com o racismo e o sexismo. Este texto possui corpo, rosto e mãos ativas as historicidades que trabalho em formato de artigo, em uma narrativa que conta também a minha própria história, a construção que alinhe Baixada Fluminense, racismo ambiental e narrativas contra-coloniais, faz parte do meu eu pesquisadora, onde pontuo que esta discussão levantada aqui não é sobre lugar de fala, e sim de construir epistemologicamente um lugar para falar.

Desenhada por abundantes rios, e com a presença dominante de grandes mangues, a Baixada Fluminense passou por diversas intervenções nas condições naturais da região. Ao longo de séculos a região atendeu aos interesses agrários, passando pelo ciclo da cana de açúcar (século XVI), do café (finais do XVIII), e da última monocultura, o plantio e o cultivo de laranja (século XIX), como aponta Figueiredo (2004). No século XX com a criação de barragens e represas, em conjunto com a retirada da vegetação local para a ocupação urbana posteriormente, temos a alteração profunda da estrutura local da região (SIMÕES, 2006).

O ciclo do ouro com as explorações em Minas Gerais, efetivou o Porto de Iguassu - localizado no que hoje conhecemos como Baixada – ao desempenhou da função de escoamento das mercadorias, devido a localização privilegiada com rios que cortavam a região em destino aos portos da capital, e ao decorrer de todas as suas atividades rurais, o papel de caminho continuou sendo exercido por esta região.

Ao longo do período escravocrata, onde o plantio de cana-de-açúcar era a atividade principal dos engenhos na Baixada Fluminense, as características da região foram as principais dificuldades enfrentadas pelos escravagistas da época; o estado das navegações marítimas e fluviais eram muitas vezes imprevisíveis e penosos, essas condições renderam aos escravizados o desempenho de mais uma função, a da correção das condições de tráfego marítimo, criando canais, realizando a limpeza e desobstrução dos rios, entre outras medidas para possibilitar a melhoria do transporte das mercadorias para os para as próximas embarcações.

No ciclo do café, com a criação das linhas ferroviárias que atendiam ao trajeto Rio de Janeiro-Baixada Fluminense, durante os anos de 1850 a 1880, a economia cafeeira respirou bons ares econômicos com a alta da atividade, tornando os donos de plantações grandes exportadores. Todavia, esse novo modelo de transporte não foi o suficiente para manter condições favoráveis à economia cafeeira. O impacto da proibição do tráfico negreiro em 1850, a lei da abolição em 1888, e as próprias circunstâncias causado pelo emprego das linhas ferroviárias à longo prazo, impactaram as condições de plantação e seus cursos, gerando conseqüentemente a redução da população, que esteve exposta às más condições ambientais geradas por anos de desgaste do solo e da vegetação causados pela produção canavieira

Temos os elementos que dão conta do declínio econômico da Baixada, a ferrovia; a falta de mão-de-obra; as condições de desgaste dos solos que conseqüentemente afetou a agricultura; o abandono dos rios e canais com o surgimento dos brejos aliado ao aparecimento do impaludismo e o desinteresse do Rio de Janeiro pela área. (FIGUEIREDO, 2003. On-line)

No século XIX o ciclo da laranja trouxe uma pitada de esperança para os antigos produtores de café e para as firmas que compraram os terrenos vendidos pela parcela de proprietários que saíram da região após o declínio econômico, em específicos as áreas que pertenciam ao território de Nova Iguaçu, por consequência do clima e solo favoráveis à proliferação da citricultura. Com os investimentos do Presidente Nilo Peçanha (1909-1910) em obras de infraestrutura e melhorias nas áreas atingidas por alagamentos a viabilidade da utilização de mais terras, possibilitou a expansão do cultivo de laranjas, trazendo uma nova mão de obra para o campo.

Mesmo com o centro da produção do lucrativo comércio de laranjas - com o ápice entre os anos de 1920 a 1940- estar localizado no já município de Nova Iguaçu, não foi a região que colheu os frutos, mas foi a capital que concentrou os lucros para seus bancos, sem adicionar nenhum tipo de investimento nas condições da região. Segundo Simões (2003) o período que corresponde ao ciclo da citricultura na Baixada é muito importante dentro do processo de fragmentação dos distritos, pensando os diferentes papéis que as regiões que pertenciam a Nova Iguaçu vão exercer, os interesses políticos serão fundamentais dentro das emancipações municipais e delimitações políticas administrativas. Enquanto as regiões mais próximas do antigo Distrito Federal como Nilópolis e Duque Caxias tiveram seu povoamento diretamente ligado ao fluxo de trabalho com a metrópole e suas terras direcionadas a construção de loteamento populares, áreas como Cava e Queimados estiveram voltadas ao plantio e receberam um intenso fluxo migratório pela demanda de mão de obra.

Figura I: Mapa das origens dos municípios da Baixada Fluminense



Extraído de De Moraes (2014)

TABELA I: Anos das emancipações dos municípios da Baixada Fluminense, seguindo a classificação da Sedebrem (Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana)

Município	Ano
Belford Roxo	1990
Duque de Caxias	1943
Guapimirim	1990
Itaguaí	1818
Japeri	1991
Magé	1565
Mesquita	1999
Nilópolis	1947
Nova Iguaçu	1833
Paracambi	1960
Queimados	1990
São João de Meriti	1947
Seropédica	1995

Elaborado pela autora.

Contudo a concentração dos lucros na Capital pouco influenciou nas melhorias de comercialização do produto, os espaços de transferência e armazenamento dos portos não acompanharam o aumento do nível de produção, e o transporte novamente ocupa um lugar decisivo dentro do declínio das atividades rurais na região, por exemplo, com alto custo gerado pelos meios de navegação precários e linhas ferroviárias sem medidas eficazes de melhoria, tornando-se um combo para os comerciantes, que se depararam ainda com os efeitos econômicos causados pelo 2º Guerra mundial (1939-1945). Assombrados pelos efeitos drásticos em alguns distritos e com a expansão urbana dentro de outros, Nova Iguaçu se fragmentou em mais outros 7 municípios no decorrer das próximas décadas, a partir dos interesses particulares de cada distrito, com o incentivo de lideranças que consolidaram seu poder local e organizações populares.

## **2. A organização socioespacial do Rio de Janeiro e a construção de uma vida urbana e industrial na Baixada**

No cenário brasileiro os efeitos da Segunda Guerra Mundial ocasionaram uma colisão para além do plano econômico, como também apresentaram elementos decisivos para uma nova configuração da vida social, e as emergentes dinâmicas de trabalho pós Revolução Industrial (século XVIII e XIX) no país. Nesse período de colapso econômico, produtores afetados pela queda das vendas loteiam suas terras, e temos na Baixada Fluminense uma transição para um modelo de vida urbano e industrializado (FIGUEIREDO, 2004). Introduziram-se nas suas características populacionais os pobres sem a possibilidade de moradias próximas aos seus ambientes de trabalho, que concentravam-se nas áreas centrais da Cidade, e os grupos oriundos dos fluxos migratórios em busca de oportunidades como mão de obra nas indústrias em ascensão no Estado. Vindo principalmente das regiões com menos investimentos em desenvolvimento industrial como os Estados que formam o nordeste brasileiro durante a década de 50. Como aponta Figueiredo (2004):

Assim, o período entre o final da década de 40 até 60 do século XX caracterizou-se numa expansão urbana acentuada que direcionou-se pelo eixo ferroviário e deu origem a uma periferia próxima ao núcleo do Rio de Janeiro. (op.cit., p.35)

Simultaneamente aos períodos compreendidos entre a primeira década do século XIX, acompanhando o declínio ocorrente na Baixada Fluminense, acontecia na capital o desenvolvimento da “camuflagem” da realidade carioca com grande expressão nas medidas sanitárias de Oswaldo Cruz e a Reforma Pereira Passos, inspiradas nas realizações em grandes centros urbanos como Paris e Londres, capitais europeias que serviam de inspiração para tornar o Rio de Janeiro - ainda enquanto Distrito Federal- “uma Europa possível” (RODRIGUEZ, 2015).

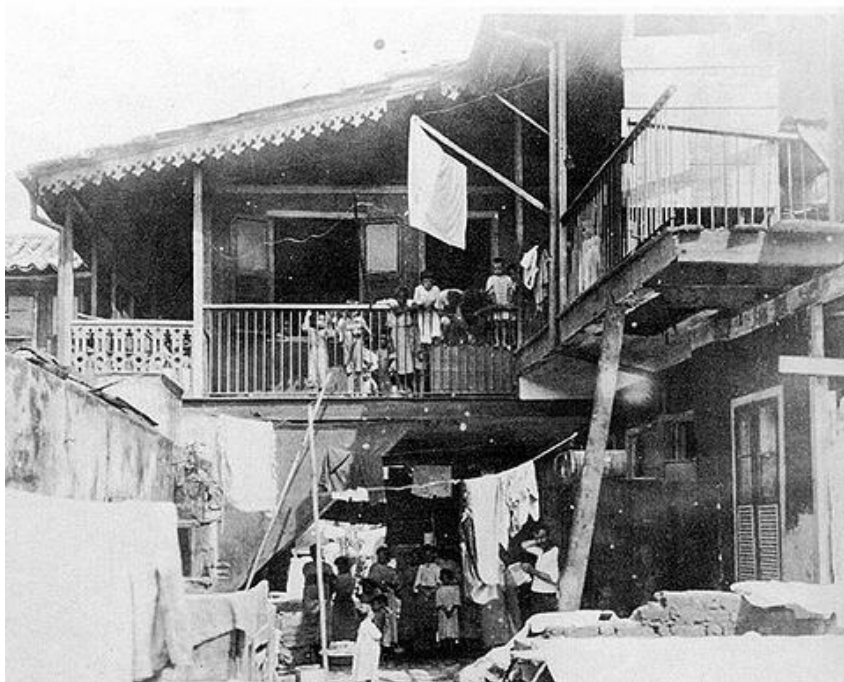
Medidas de controle dos territórios já eram vistas desde a lei de terras em 1850 no período colonial,<sup>7</sup> e com a instauração da República foram se desdobrando na “modernização” com o Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), quem em seu mandato teve como carro de frente o anseio pela modernização da capital carioca. A “renovação” dos espaços públicos impôs grandes investimentos nas práticas sanitárias para controle das doenças que assombram a capital devido às más condições de tratamento de esgoto e da desordenada ocupação habitacional, com a máscara da saúde pública executada pela liderança de Oswaldo Cruz. E com as reformas urbanas empenhadas na criação de

---

<sup>7</sup> Lei N°601, de 18 de setembro de 1850. Decreto onde Dom Pedro II restringe o direito de obter propriedades apenas através de títulos de compra, uma medida que gera impacto direto em escravizados recém libertos e seus descendentes livres, que após anos sendo uma mão-obra explorada não teriam condições financeiras de adquirir terras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm)

grandes avenidas e reestruturação das organizações espaciais pelo experiente Engenheiro Pereira Passos, designado para o cargo de Prefeito durante todo o mandato do então presidente Francisco de Paula, pretendia-se remodelar o visual da Cidade tumultuada, onde bondes e carros circulavam destrambelhados pelas ruas cheias de vielas formadas por cortiços, e casarões habitados coletivamente pela população mais pobre.

Figura II: Cortiço localizado na rua da Sé, Rio de Janeiro. 1906



Fonte: Fiocruz

A população pobre e negra se tornou, junto com os mosquitos, os transmissores da doença que mais assombrava as áreas centrais da capital: a miséria. As ações do Estado se concentraram nas reformas da cidade, construindo largas avenidas, redes de esgoto e tratamento da água, luz elétrica nas vias públicas, e em contrapartida, exercendo a demolição de cortiços e antigos casarões ocupados, com leis que proibiam desde a sua construção a categorizar quais deveriam ser os materiais de construção utilizados para a construção de habitações, havia ainda proibições de atividades de cunho rurais -plantações, ordenha de vacas, entre outros- e diversas outras ações voltadas ao planejamento de tornar o Rio de Janeiro um exemplo civilizatório. (RODRIGUEZ, 2015)

Com políticas fortemente punitivistas, muitos moradores das habitações “irregulares”, a população de rua, e até mesmo animais abandonados sofreram com as intervenções do Estado, assim como todos aqueles que exerciam atividades que remetessem

ao “atraso” do passado carioca. A já citada criação de avenidas, além de executar a melhoria nas condições do tráfego urbano, executou o papel de ferramenta de divisão na cidade, “...o primeiro dizia respeito à circulação urbana e o segundo a modificação das formas sociais de ocupação dos espaços cruzados pelas novas artérias” (RODRIGUEZ, 2015 apud BENCHIMOL 2002). Mas para onde iriam todas essas pessoas e a desigualdade implementada em seus modos de vida? Sobre isso Simões (2006) menciona:

O resultado desse processo é a expansão da mancha urbana do Rio de Janeiro em direção aos seus limites administrativos levando esse padrão de precariedade para além deste, exportando-os para a Baixada Fluminense e consolidando esse modelo “loteamento popular autoconstrução” na formação e expansão da periferia do Rio de Janeiro. (SIMÕES, 2006, p. 8)

Outra das modulações nas regiões periféricas será a grande insistência na ideologia da “casa própria” como uma ferramenta de autonomia e ascensão social, que ganha força com as autoconstruções,<sup>8</sup> e com o surgimento de novas classes sociais que ocorrem, segundo Rodriguez (2015), transpassados por esses processos migratórios, impulsionadas pelos valores de moradias mais acessíveis na periferia.

Ainda em Rodriguez (2015) na condição periférica haverá dois modelos de ocupação, de status: próximos à mar, rios e áreas verdes, com um grande deslocamento da palavra *periférica* para que os bairros considerados de status não sejam afetados pelo aspecto pejorativo da palavra. E o modelo popular, através do processo de autoconstrução ou dos grandes conjuntos habitacionais criados pelo Estado. Os modelos de autoconstrução continuam sendo muito comuns na Baixada Fluminense, principalmente na cidade onde cresci, em Nilópolis, esse modelo ainda é o mais comum na forma de construção de moradia da população pobre e negra.

Figura III: Melquis, meu avô construindo a casa do sobrinho-neto, construindo a nona casa do quintal, ele participou do processo de construção de outras sete.

---

<sup>8</sup> Conceito defendido por Simões (1993) onde define o processo de autoconstrução como a criação das moradias pelas mãos do núcleo familiar, com aparato de pessoas próximas, e sem nenhum tipo de auxílio do governo.



Fonte: Arquivo pessoal. 2020.

As relações de trabalho foram essenciais dentro desse desenvolvimento ocupacional, a facilidade de locomoção com a chegada dos trens elétricos até Japeri, em 1943 (SIMÕES, p. 133), a possibilidade de moradia por um baixo custo tornou-se possível para mais trabalhadores, criando o que muitas bibliografias referenciam como “cidade dormitório”.

É em meados do século XX que à Baixada Fluminense terá sua primeira grande via com a construção da Avenida Brasil (inaugurada em 1946) e a BR 040 (Rio-Petrópolis/Washington Luiz), inaugurada no ano de 1950, sendo essa a última peça chave da transição da Baixada de apenas uma zona dormitório para sua consolidação e “vocação” como zona industrial, que irá ser o motor do seu prometido desenvolvimento econômico

Só no município de Duque de Caxias após a construção da Via Washington Luiz, aponta Lopes (2013) a instalação de empresas de diversos setores:

Dentre elas pode-se citar a REDUC (com diversas entidades ligadas a derivados de petróleo e produtos químicos), fundada ainda na década de 60 e, posteriormente, o Polo gás-químico. Além dessas, se instaurou um polo moveleiro, sem contar com o feirão de malhas, transportadoras, o parque gráfico do jornal O Globo, o Caxias Shopping e três casas de shows de médio porte. (op.cit., p. 5)

Um estudo sobre o município de Queimados - que passa de uma zona periférica abandonada pelo poder público para um modelo de cidade empreendedora, com uma nova forma de apropriação e uso da terra a partir da lógica desenvolvimentista utilizada pelos gestores municipais -, De Moraes (2014) aponta:



A redinamização da economia fluminense irá influenciar e mudar bastante a estrutura econômica da Baixada fluminense, que sendo um “distante que é perto” possui um enorme potencial de atrair plantas fabris: sua proximidade com a Dutra, a disponibilidade de amplos terrenos a preços bem mais baratos, a isenção fiscal e a infraestrutura oferecida pelas prefeituras colaboram para o estabelecimento dos investimentos industriais que buscam descentralizar suas atividades incapazes de lidar com as “deseconomias externas” dos grandes núcleos metropolitanos. (op.cit., p. 6)

Com essa descentralização industrial durante todo século XX, e as distâncias cada vez mais encurtadas pela ampliação dos meios de transportes urbanos, cidades como Japeri, Queimados e Nova Iguaçu adentram no campo das referências de polos industriais no Estado, junto com o já estabelecido município de Duque de Caxias. Essas novas dinâmicas de trabalho estabelecidas nas regiões e as implementações de grandes indústrias refletem para esses municípios um novo aspecto de reconhecimento

Em Duque de Caxias, a Reduc [Refinaria Duque de Caxias] é o grande vetor dos altos indicadores econômicos; em Nova Iguaçu, o polo de cosméticos responde pelo crescimento; Belford Roxo tem a Bayer e seu polo químico-farmacêutico; Japeri instituiu recentemente uma área reservada à instalação de galpões industriais, oferecendo os terrenos e incentivos fiscais. Ao se percorrer a Rodovia Presidente Dutra que corta a Baixada Fluminense se percebe facilmente em suas margens a emergência desta nova paisagem-símbolo da “região que respira os ares do progresso. (DE MORAIS, 2014, p. 12)

Não caminharemos aqui para o foco dos desdobramentos dos impactos causados por essas industriais, mas é importante mencionar que observar para essa problemática é mais um ponto de interrogação sobre como esse prometido desenvolvimento econômico supre as necessidades externas, e não garante em muitos casos, uma melhor condição de infraestrutura e qualidade de vida para a população desses municípios.

### **3. Já dizia meu avô: “A água não fica até tarde, não”**

Todas as vezes que realizássemos, em casa, alguma atividade com água, na parte da tarde, essa é a frase que meu avô sempre fala: “a água não fica até tarde, não”. Todos os dias ele realiza antes das 9 da manhã a tarefa de colocar água em todas as caixas d’água do nosso quintal, liga a bomba, o registro, e espera o processo lento de completar cada uma delas. Até sair da Baixada, compreendia que só ter água apenas no começo do dia era natural, ter que carregar baldes de água para o banho noturno ou para lavar a louça do jantar, porque não deu tempo de encher a caixa inteira, era tão comum quanto matar a sede. Depois descobri que isso era uma característica comum apenas nos lugares onde há um difícil abastecimento de água, como em Nilópolis e outros municípios da Baixada Fluminense.

Ainda sim no Mapa da Desigualdade elaborado pela Casa Fluminense (2020) com dados fornecidos pelas concessionárias de água que atendem aos municípios, 97,7% da população Nilopolitana teria acesso a rede de água, desconsiderando a qualidade e regularidade do abastecimento. No mapa vemos altos percentuais para o abastecimento de água em toda a região da Baixada Fluminense, mas esses dados carecem de uma análise mais aprofundada de como funciona essa distribuição e o acesso por bairros, incluindo também dados sobre a qualidade dessa água. Durante os primeiros meses do corrente ano, foram diversas as reclamações sobre a cor, cheiro, e gosto da água fornecida pela Cedae.

Segundo uma reportagem do veículo de informação, o site G1, a estação de tratamento Guandu se transformou numa estação de tratamento não de água, mas basicamente de tratamento de esgoto de toda a região da Baixada Fluminense: “A Cedae está fazendo mágica em transformar esgoto em água.”.<sup>9</sup> Com a estrutura da estação se esticando em relação ao aumento populacional dos municípios, a funcionalidade do tratamento é comprometida e pouco efetiva levando em consideração a ausência do tratamento de esgoto que chega a ela, por exemplo, o município com a maior taxa de tratamento de esgoto na BF é o de Mesquita com 50,3%, mas os outros 12 municípios não chegam nem a 17%, sendo 7 deles sem nenhum tipo de tratamento.<sup>10</sup>

A água é um assunto emblemático na Região, que além de um acesso precarizado, tem seus recursos hídricos constantemente ameaçados, mesmo vindo deles grande parte do abastecimento através dos poços artesianos comumente utilizados na região. Temos casos que envolvem conflitos no distrito interiorizado de Nova Iguaçu como os citados por Rodrigo Viégas (2006). Os distrito de Adrianópolis e Vila de Cava, em Nova Iguaçu, se tornaram um território marcado por crimes ambientais, dentre eles o despejo de produtos químicos pela Fábrica de Papel Paineira LTDA, e alocações de lixões, como o de Marambaia, que por décadas recebeu lixo hospitalares e doméstico, após ter suas atividades encerradas pelo

---

<sup>9</sup> “Água tratada na Estação de Guandu é praticamente só esgoto, afirmam especialistas” Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/01/22/agua-tratada-na-estacao-guandu-e-praticamente-so-esgoto-afirmam-especialistas.ghtml>

<sup>10</sup> Dados obtidos no Mapa da Desigualdade Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a partir dos bancos de dados do INEA (Instituto Estadual do ambiente). Onde o percentual de habitantes cujo esgoto é coletado e tratado na Baixada Fluminense correspondem nos municípios de Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Nilópolis, Paracambi, Seropédica e São João de Meriti (0,0%), em Duque de Caxias (1,1%), Magé (4,7%) Queimados (15,1%), Nova Iguaçu (15,4%), Belford Roxo (16,0%) e Mesquita (50,3%). Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>

impacto ambiental causado, decidiu-se que fosse substituído por um outro lixão, no distrito próximo de Adrianópolis, o local funcionou durante um ano encima de três nascentes de água (VIÉGAS, 2006).<sup>11</sup>

Outro caso é no município de Seropédica onde, desde 2007, lutam contra a instalação de um centro de tratamento de resíduos (CTR) no município. A alocação - que tinha como finalidade substituir o que foi considerado o maior lixão da América Latina, e que também estava localizado na Baixada Fluminense, o Lixão de Gramacho (Duque de Caxias) - seria realizada em cima do aquífero Pindorama.

FIGURA IV: Moradores de Seropédica fazem protesto na Alerj contra a instalação do CTR na Cidade



Fonte: ADUR-RJ

Inicialmente o projeto era direcionado para a instalação no Bairro de Paciência, na cidade do Rio de Janeiro, porém os habitantes mostraram grande resistência, principalmente pelo impacto que poderia gerar para o bairro. Em entrevistas disponíveis no site da Associação de Docentes da UFRRJ (ADUR-RJ) demonstrasse que haveria uma “maquiagem” em cima da ideia da “criação de um centro de tratamento de resíduos”. Em trecho, uma moradora expressa o que estaria acontecendo aos arredores do local:

Ninguém autorizou ou compartilhou com nada, só houve uma reunião no [colégio público] Brizolão chamada por nós e nada ficou esclarecido. Aqui é uma área muito carente e eles estão pegando as pessoas menos esclarecidas, dão aulas e as levam de um lado para o outro dizendo que haverá emprego; isso é um ‘me engana que eu gosto’. As pessoas vão se iludindo, e quando perceberem vão querer voltar atrás (ADUR-RJ, online)

<sup>11</sup> Ver mais no texto Desigualdade Ambiental e “Zonas de Sacrifício” (Nunez, 2016). Disponível em: [https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade\\_ambiental\\_zonas\\_sacrificio.pdf](https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade_ambiental_zonas_sacrificio.pdf)

O projeto estaria sendo regido por uma “máfia do lixo”, que alocaria os Lixões a partir da maquiagem de CTR, com essa implementação ocorrendo em uma área onde o poder público se ausenta, a manipulação da população local funciona através das promessas de suprimento das mazelas deixadas pelos gestores da Cidade, esse deslocamento de sentido realizado pelos empresários de grandes projetos é visto regulamente com as populações que vivem aos redores das áreas onde esses empreendimentos serão alocados, desta maneira Almeida (2016) situa:

... em território brasileiro, além da chantagem do ponto de vista socioeconômico e trabalhista, é possível verificar que, nas localidades em que determinadas populações estão sujeitas a maiores ônus ambientais, sendo em maior grau a ausência do Estado, as empresas possuem ainda outros elementos a seu favor, que pesam na decisão da população em se insurgir ou não contra tais empreendimentos. Com a difusão da noção de responsabilidade social das empresas, tendo em vista que muitos dos agentes industriais se localizam em áreas empobrecidas, os entes econômicos buscam, em contrapartida à população local, construir creches, escolas e postos de saúde, por exemplo. Assim, na medida em que se ameaça a retirada de desses agentes econômicos daquela localidade, tais serviços básicos encontram-se também ameaçados, haja vista a omissão do Estado em viabilizá-los para aquela comunidade. (op.cit., p. 9)

O Mapa de conflitos ambientais envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil realizado pela FIOCRUZ oferecem um panorama de como são distribuídos esses conflitos, através das 5 categorias de filtragem: As populações envolvidas, as atividades geradoras de conflitos, os danos à saúde, os impactos socioambientais e a unidade federativa (Estados). Preenchendo apenas dos filtros de população envolvidas, atividades geradoras de conflitos e o UF - o Estado do Rio de Janeiro-. buscamos localizar aonde estão “Moradores de aterros/ou terrenos contaminados”, encontramos nove conflitos nesta categoria, sendo cinco destes ocorrentes em municípios da BF.

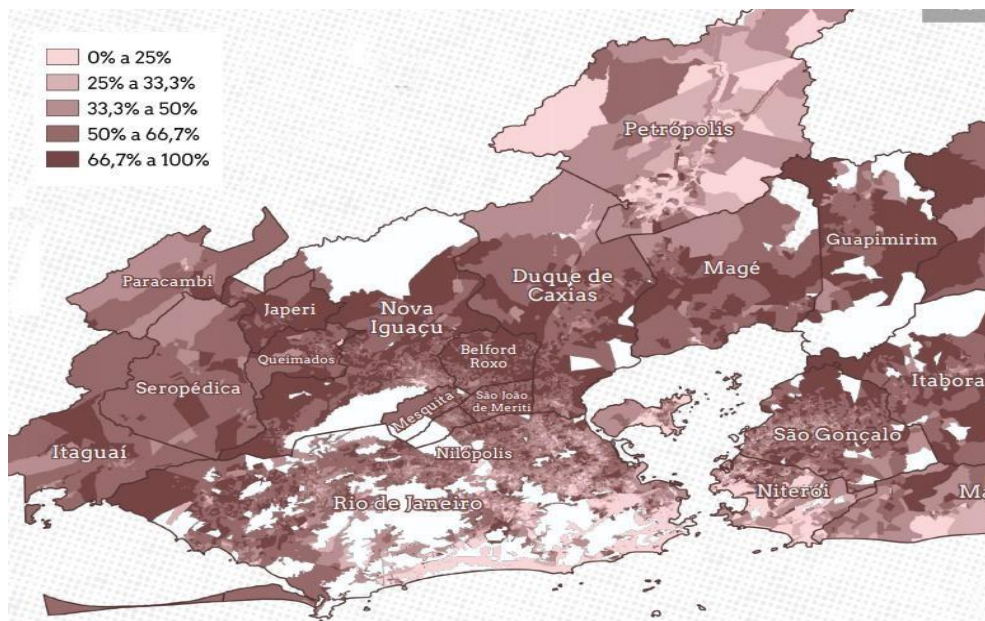
Esses ônus se manifestam no cotidiano da população periférica, e tornam-se ainda mais violentos em períodos de crise como a que vivenciamos durante o período de escrita deste artigo, devido à crise sanitária mundial gerada pelo COVID-19<sup>12</sup>, onde a contaminação é potencializada pela falta de acesso à direitos básicos, como saúde e ambiente de qualidade, e nas áreas onde existem uma ocupação densa, acarretando o aumento na probabilidade de contágio, no município de Japeri por exemplo, segundo a Casa Fluminense, cerca de 14% das casas tem mais de três pessoas num mesmo dormitório (PORTAL G1, 2020)

---

<sup>12</sup> Até o dia 21 de agosto de 2020, o Estado do Rio de Janeiro registrava a marca de mais de 15 mil vidas perdidas em decorrência do Covid-19

Dados do Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino e Zoon Smart Data, obtidos do aplicativo Dados do Bem, disponível no portal de notícias r7, em junho deste ano, demonstram que os cinco primeiros lugares na posição dos maiores percentuais de resultados positivos estão nos municípios da Baixada Fluminense, e 9 municípios da região estão entre os 10 primeiros.<sup>13</sup> Ilustraremos os perfis econômicos e raciais de toda RMRJ

FIGURA V: Mapa correspondente ao percentual de pessoas negras em relação a pessoas brancas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

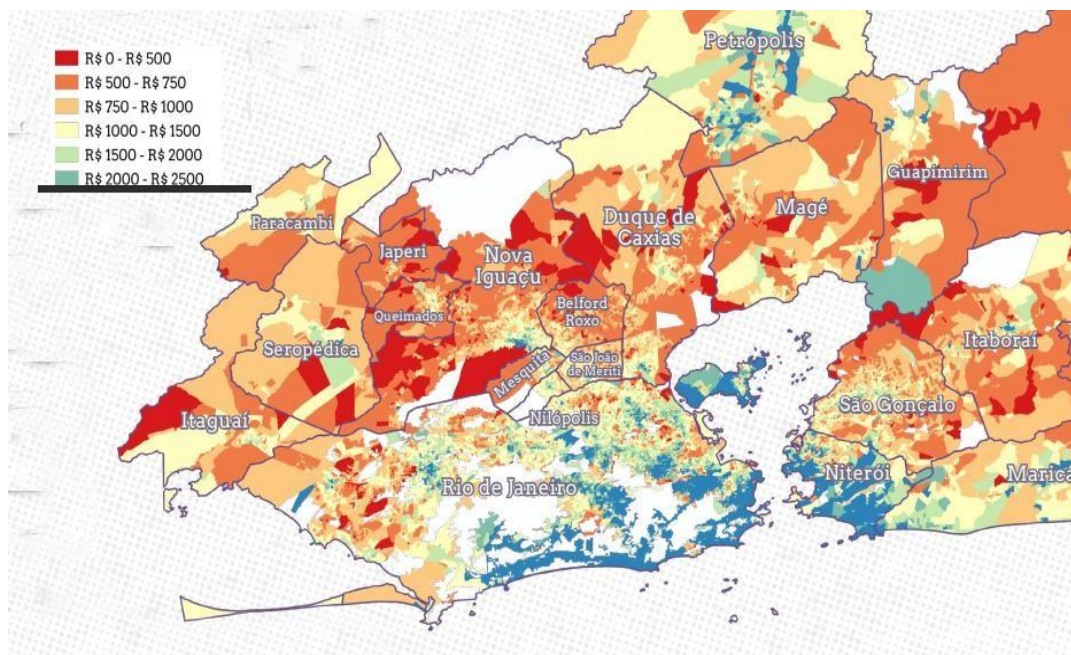


Fonte: Mapa da Desigualdade -Casa Fluminense. Adaptado pela autora.

FIGURA VI: Mapa da distribuição de renda por Cidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

<sup>13</sup> “Em primeiro lugar aparece Queimados, com 33,33%, seguido de Belford Roxo (31,50%), Magé (27,44%), Nilópolis (26,24%) e Duque de Caxias (24,81%). Completam a lista dos dez municípios com maiores percentuais de moradores testados positivos: São Gonçalo, na Região Metropolitana, com 24,68%, São João de Meriti (23,66%), Nova Iguaçu (21,18%), Mesquita (19,15%) e Itaguaí (18,75%)” Disponível em : <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-baixada-tem-maior-taxa-de-contaminacao-por-coronavirus-23062020>





Fonte: Mapa da Desigualdade - Casa Fluminense. Adaptado pela autora.

Quando comparamos os dados percebe-se que as maiores rendas estão concentradas nos pontos onde estão as menores porcentagens da população negra. O litoral analisado a partir dos processos de *gentrificação verde*, passa a ser apropriada como o referencial do que seja a “sustentabilidade” dentro dos espaços urbanos do Rio de Janeiro. Nele se concentram altos índices de coletas seletivas, rede de tratamento de esgoto<sup>14</sup> e uma relação “harmoniosa” com a natureza que pode ser conservada, assim como concentram em seu interior as maiores rendas e o menor percentual de habitantes não-brancos, e com conflitos envolvendo injustiças ambientais apenas em seu território correspondente as favelas que compõe a Capital, em especial a Zona Sul da Cidade.

... quando analisamos as tentativas de conjugação entre diferentes princípios e/ou perspectivas no interior de alguns processos produtivos tais como: desenvolvimento sustentável, produção orgânica, agroecológica, agroflorestal, permacultura, etnodesenvolvimento, etc. Trata-se de uma tentativa de aproximação de pensamentos, conceitos e valores. Porém, quando partimos para a execução propriamente dita desses pensamentos, conceitos e valores, nos deparamos novamente com os grandes confrontos. (SANTOS. 2015, p. 51)

As causas raciais são marcantes dentro da conceituação do *racismo ambiental*, uma vez que o termo tem surgimento dentro do movimento negro norte-americano, pelo ativista Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr no ano de 1981 (FASE, 2020). Um dos casos que marcam

<sup>14</sup> Enquanto na Baixada Fluminense a taxa de tratamento de esgoto só ultrapassa os 17% em um dos treze municípios, na Capital essa porcentagem chega à 63,5%. Já em Coleta Seletiva a mais taxa da BF está localizada no município de Paracambi com 25%, e na Capital esse número chega aos 44,7%. Fonte: Mapa da Desigualdade 2020 - Casa Fluminense.

essa trajetória de *racismo ambiental* é o “Love Canal” quando, após um período de complicações na saúde dos habitantes de Love Canal, Niagara, em Nova York, descobriram que o bairro funcionou durante anos como depósito de produtos químicos e do lixo da Cidade de Niagara Falls. O depósito foi vendido para a Coordenação de Educação de Niagara Falls, com o contrato que garantiria a isenção da empresa por quaisquer danos causados pelos materiais ali enterrados (HERCULANO, 2001). A partir do auxílio de institutos de pesquisa e dos já atuantes pesquisadores que formentaram as primeiras pesquisas que evidenciaram a alocação dos depósitos de materiais tóxicos nos bairros ocupados majoritariamente pela população negra, mais casos como esses foram encontrados nas Cidades norte-americanas.

É no começo dos anos 2000 que a discussão sobre *injustiça ambiental* e racismo ambiental ganha vigor no Brasil, com o primeiro Colóquio de Justiça Ambiental organizado pela UFF - Universidade Federal /PPGDS-Lacta, Fiocruz e a Fase (2001). Os resultados do colóquio foram de suma importância para a ampliação da discussão no contexto brasileiro, como publicação do livro “Justiça Ambiental e Cidadania” e a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), fortalecendo tanto o campo dos movimentos sociais, como o campo acadêmico. Um dos exemplos disso foi, no ano de 2005, quando a UFF e a ONG Fase realizaram outro encontro, mas agora já tendo como foco a nomenclatura de *racismo ambiental*: “I seminário brasileiro contra o racismo ambiental” (HERCULANO e PACHECO, 2006).

O encontro contou com representantes de diferentes campos de atuação, os eixos foram os aspectos da desigualdade e da injustiça ambiental que sobrechegam os indivíduos racializados, colocando em risco populações como: negros urbanos, ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, comunidades quilombolas, entre outros. (op.cit.) Perante a realidade, na qual a raça é um fator determinante dentro dos campos de disputas, o modelo econômico e social coloca os territórios ocupados pelas populações mais vulneráveis nas mãos dos grandes projetos de desenvolvimento, para a exploração de recursos naturais - como as usinas hidrelétricas, mineradoras, etc. - e, implementação de empresas de materiais químicos e os lixões e aterros sanitários: “O racismo ambiental não se configura apenas por meio de ações que tenham uma intenção racista, mas igualmente por meio de ações que tenham impacto racial.” (HERCULANO e PACHECO, 2006).

A gênese das desigualdades ambientais nas cidades contemporâneas se encontra fecundada dentro de um “estado democrático de direito”, que retém em seus espaços de

tomadas pouca participação das camadas populares. Compreender a Baixada Fluminense como uma arena de embates entre os interesses núcleo-periferia refere à desigualdade como a conclusão de um processo, que se reformula e reintegra a partir de novos papéis sociais, longe da exclusão e em pacto com uma inclusão precarizada em todos os tecidos sociais.

## **. 5. Mais acordados que nunca: conhecendo a Casa Fluminense**

Muito mais que estigmas, tragédias, o sentir vai para além das indignações e da raiva, do sofrer e do chorar, as disputas por narrativas se exteriorizam na realidade dos movimentos sociais e culturais formados pela população periférica. Os “dormitórios” são substituídos por reações muito bem articuladas, onde o enredo são as disparidades construídas dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro que, contudo, não passam despercebidas; as indignações agregam os diversos movimentos, organizações e ativistas, que irão definir coletivamente a partir da percepção de justiça e injustiça dos atores que formaram essas organizações, quais serão suas prioridades dentro de uma agenda pública de ação e mobilização (FREIRE, 2013).

Foi assim que encontrei a Casa Fluminense, a partir dos anseios em conhecer produções que enfatizaram as mobilizações na Baixada Fluminense e nas outras periferias da região metropolitana do Rio de Janeiro. Durante um ano de observação virtual de suas atividades e as de seus parceiros, descobri uma nova forma de pensar as questões que permeiam a realidade *Baixada*, de forma integrada à metrópole. O caminho para analisar as narrativas semeadas no interior desta organização, é proposto por Antônio Bispo dos Santos, onde reconheço como práticas contra colonizadoras “todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios” (SANTOS, 2015, p. 47).

À medida em que essas produções rejeitam o lugar de subalternidade - ao qual os saberes oriundos das periferias e de seus expoentes foram destinados pela colonização -, são fortalecidas as suas teias de significados, e com seus mecanismos de ações são reveladas publicamente as desigualdades ambientais naturalizadas nos territórios estereotipados, onde na guerra das territorialidades -que Santos (2015) classifica como a própria colonização-, as novas narrativas sobre a Baixada Fluminense possibilitam e inserem à população periférica no campo de disputa, pelo direito a publicitação das suas narrativas.



A Casa Fluminense, criada no ano de 2013, apresenta-se como uma organização da sociedade civil, que tem como alvo o enfrentamento das desigualdades urbanas. Essas ações são potencializadas na medida em que a CF coletivamente, e de forma fluída, concebem possibilidades de intervenções na RMRJ. Na conversa com uma membro da CF -que chamaremos pelo nome fictício de Luísa-, ela destaca como a participação de atores sociais de múltiplos pontos da Cidade é uma preocupação da organização

[...] principalmente com a participação de ativistas, militantes e lideranças sociais, e oriundas do que se chama das periferias metropolitanas, então é...pessoas que atuavam na Baixada Fluminense, em São Gonçalo, na Zona Oeste, e né... nas favelas da Capital de uma maneira geral, e esse grupo cria a Casa Fluminense com o objeto da casa ser um espaço suprapartidário.. né... de formulação de políticas públicas, é um espaço que permite o debate sobre o que que vão ser as soluções do futuro do Rio de Janeiro. (entrevista com Luisa da Casa Fluminense – data 14/8/2020)

A Baixada Fluminense é notável em grande escala dentro da atuação da CF e nos projetos em que ela participa; em suas redes sociais observamos variadas ações e iniciativas que contam com a articulação da CF e movimentos locais da Região. Partindo nossas buscas pela palavra-chave *Baixada Fluminense* os conteúdos dispostos no *website* visibilizam notícias, fóruns públicos, mobilizações contra conflitos experienciados pela população Baixadense, colaborações e comemorações da Região, assim como em seu *instagram* encontramos fotos e conteúdos relativos a ações motivadas por grupos e movimentos da Baixada.

Durante a conversa, quando Luísa nos conta acerca das redes de colaboradores da Baixada Fluminense, o tópico *identidade* aparece, o que chama a atenção como ela conduz as questões dos dados, salientando como estes não são o único instrumento que permite o conhecimento dessas regiões. Aspectos como o pertencimento e a ligação com o lugar permitem também evidenciar as questões levantadas tecnicamente pelos recursos apresentados pela CF.

[...] e até de oportunidade de parceria entre as organizações que fazem parte e também fortalecer uma identidade ne da Baixada Fluminense que eu acho que é uma coisa muito necessária, então esse debate ne de solução pro Rio mas também pensando no nível da baixada ele passa sim por questões técnicas, por estudo por produção de dados, com diálogo com o poder pública de pressão e formação política, mas ele precisa passar também por uma construção de identidade, as pessoas precisam se sentir pertencentes e entender qual é o território, qual é a comunidade, qual é o lugar que de fato ela pertencem então essa identidade essa pertença ao local é um elemento muito importante né pra gente avançar nessas pautas que são tão complexas. (Luísa, CF)

A equipe que forma a Casa Fluminense tem desde a sua origem pesquisadores/as e ativistas vindos/as da Baixada, inclusive a nossa entrevistada, e estabelece uma relação sólida com representantes da Região. Em seu *website* a organização disponibiliza informações sobre quem compõe essas “redes”:

Os associados - pessoas físicas - e os parceiros - organizações e coletivos - são, de fato, a Casa e deles parte a definição dos focos temáticos e territoriais de atuação da rede. A Casa está sempre aberta à articulação com organizações dedicadas à construção de um Rio mais justo, democrático e sustentável.

Os perfis dos integrantes dessa rede são variados, vemos grande presença de movimentos ligados à Baixada Fluminense, ao Observatório das Favelas, organizações ambientais, cineclubes, projetos ligados ao movimento funk, entre outros.

As iniciativas cobrem amplas áreas de atuação contra as desigualdades, como as discussões eleitorais onde a CF, em conjunto com “parceiras”, oferece cursos de formação para pré-candidaturas, iniciativa chamada “Giro 2020”,<sup>15</sup> onde a organização aponta que o caminho para as mudanças políticas está nas periferias, com interesses voltados ao combate às desigualdades, sendo esses anseios sempre caracterizados a partir de uma relação fincada na preocupação com a “sustentabilidade” na Cidade. Esse sentimento é muito visível durante a fala da Luísa, onde a preocupação com a sustentabilidade é exposta integrada as resoluções dos conflitos vivenciados pelas populações vulnerabilizadas

[...] a gente nasce com a missão de discutir é o saneamento universal, então tem ali a mobilidade urbana, segurança pública e o saneamento universa, eu to chamando atenção pro saneamento básico porquê é um campo assim que eu acho que os desafios refletem bem, qual é a problemática que a gente tem a nível metropolitana. Porque é isso né a baía de Guanabara hoje ela recebe esgoto não só das favelas da capital, dali especialmente da Zona Norte, do Centro, mas também dos municípios da Baixada Fluminense, até Guapimirim, até São Gonçalo e Niterói. E aí a gente consegue entender a amplitude do desafio do saneamento se a gente pensa em despoluir a Baía de Guanabara... e aí a despoluição da Baía de Guanabara não é simplesmente porque a gente quer ter é uma Baía de Guanabara limpa, para uma prática de esportes e a preservação das espécies que vivem lá, tudo isso é muito importante é fundamental, sem dúvidas, tudo isso entra na nossa conta, mas também, tem um outro passo mas vê a Baía de Guanabara limpa significa que o esgoto que antes estavam ali do Canal do Cunha que vem de Manguinhos esse esgoto ele tá sendo coletado de maneira apropriada, ta sendo tratado. Então os dejetos que são recolhidos, aqui ...aqui eu moro em Caxias né então aqui perto

<sup>15</sup> “O projeto é uma parceria entre a Casa Fluminense e a Fundação Cidadania inteligente. A ideia é criar espaços de diálogo sobre conteúdos propositivos e tendências articulação política que ajudem a qualificar o processo eleitoral do Rio de Janeiro.” Casa Fluminense (2020).

passa o rio Meriti, então todos os dejetos que o rio Pavuna Meriti vem recebendo até chegar na Baía de Guanabara isso significa que a gente teria uma destinação adequada também para esses dejetos. (entrevista com Luísa, CF)

Inclusive nas falas sobre Racismo Ambiental com Luísa, não difere a mesma preocupação com as diferentes influências que uma determinada situação pode decorrer, suas visões e posicionamentos marcam um olhar múltiplo sobre as questões vivenciadas na RMRJ, como aparece durante a conversa que ela amplia a fala sobre Racismo Ambiental para a desnaturalização de ocorrências que naturalmente são compreendidas como acidentes isolados

Então o debate sobre racismo ambiental ele é muito central pra gente pra compreender é...as dinâmicas e os desafios que a gente tem né com os problemas ambientais na região metropolitana do rio de janeiro e mais do que isso, o recorte racial ele é fundamental né essa perspectiva da desigualdade racial pra gente é fundamental porque quando ela começa a olhar a ótica da desigualdade racial na região metropolitana do rio de janeiro a gente vê que ela coincide com uma série de outras desigualdades com uma série de outras violações de direitos [...] acontece que a gente tem um número muito expressivo de atropelamento ferroviário que é quase metade dos atropelamentos diários que acontecem no Brasil, são todos aqui na supervia, né quase metade, e é um número impressionante mas não só por isso se gente olhar a partir da lente da raça e da cor dessas pessoas, dessas vítimas, a gente vai ver que 80% dessas vítimas são negras então o quanto muitas vezes a gente tá olhando pra uma desigualdade territorial que ela é muito melhor compreendida se a gente olha qual é a distribuição desses territoriais, qual é o perfil racial dessas populações então isso reforça ainda mais o porquê certos territórios eles tem os direitos violados de uma maneira ainda mais intensas, além de estarem fora de centralidades, além de estarem fora do eixo de investimento, são também territórios pretos, e isso a gente sabe que faz muita diferença no que diz respeito a atenção que esses lugares vão receber do poder público a nível de investimentos, e até mesmo a no nível de tolerância que a sociedade de uma maneira geral tem com os problemas que acontece nesses espaços, a tolerância que existe com as mortes que acontecem no metrô hoje, a tolerância que eu digo... no metrô não no trem, porque as mortes que acontecem num trem elas não são um escândalo, se o mesmo número de mortes que acontecem no trem anualmente acontecem no metrô, será que não seria um escândalo muito absurdo, muito impressionante? certamente seria, e isso pra gente tá muito relacionado ao racismo estrutural, que perpassa toda construção de políticas públicas, que a gente tem hoje, as políticas públicas de mobilidade, então certamente não é um escândalo, o número de mortes que acontecem na supervia porque 80% dessas vítimas são pretas e os territórios por onde o trem passa, são territórios majoritariamente pretos também, isso tem tudo a ver, e quando a gente olha pro meio ambiente é exatamente a mesma dinâmica, porque é tolerável. (Luísa, CF)

As táticas de enfretamento produzidas na CF se navegam para além de um posicionamento e atacam na criação de instrumentos de intervenção como o do *Mapa da Desigualdade de 2017 e 2020*.

O Mapa da Desigualdade 2020 elaborado pela Casa Fluminense (CASA FLUMINENSE, 2020) conta com 40 indicadores, 26 bases de dados, e cobrindo 22

municípios. Organiza as “desigualdades” em dez eixos temáticos: Habitação, Emprego, Transporte, Segurança, Saneamento, Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social e Gestão Pública. Os dados são colhidos através de institutos de pesquisa, bancos de dados e pedidos de lei de acesso à informação, tornando de fácil compreensão vertentes de análises que têm um acesso complexo dentro de filtros de buscas de órgãos oficiais.

Outra ferramenta complementar e que amplifica à difusão dos dados contidos nos Mapas são os infográficos, com um cuidadoso trabalho visual, exibe as informações com textos simples e ilustrativos, características que podem ser vistas também dentro do Mapa, com cores vibrantes, fotografias e ícones bem destacados, esses recursos aplicados aos instrumentos de acesso à informação possibilitam uma leitura de maior compreensão das questões levantadas ali, análogo aos já citados recursos temos dentro de cada Mapa os chamados “*tweets*” pequenos quadros com textos que de forma sintética interpretam os dados e elaboram quadros comparativos.

O que chama a atenção dentro desses quadros comparativos, é como Baixada Fluminense é uma Região marcantes dentro dessas comparações, que evidenciam as diferenças entre alguns municípios, presentes dentro dos comparativas do Eixo Habitação nos tipos de uso do solo (onde destacam o a ocupação do território de São João de Meriti em 95% por áreas edificadas), no Eixo Saúde em Idade ao Morrer (onde os moradores de Niterói vivem 12 anos a mais que os moradores de Queimados), e proporção de Leitos hospitalares a cada 10 mil habitantes (Onde não existiam leitos hospitalares em Japeri até dezembro de 2019, e nos que possuíam o pior índice foi encontrado no município de São João de Meriti com 2,0%).<sup>16</sup>

Além do Mapa em seu *site* são apresentados mais dez projetos<sup>17</sup> de atuação, sem contar os quais a casa participa como colaboradora, a seguir temos o quadro com o nome de quatro desses projetos e uma síntese do seu objetivo.

---

<sup>16</sup> Outras informações que não estão dispostas em quadros comparativos são relacionadas ao eixo da Educação, onde as três primeiras cidades do ranking de Turmas Lotadas, compõe a Baixada Fluminense, são elas: Queimados, Nova Iguaçu e Nilópolis.

<sup>17</sup> São eles os Cursos de Política Públicas 2020, Fórum Rio, Fundo Casa Fluminense, Mapa da Desigualdade, Painel de Monitoramento da Gestão Municipal, caderno de experiências da ODS no Rio Metropolitano e no Brasil, Painel do Legislativo, Rio por inteiro e Almanaque Agenda Rio. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/atuacao/>

QUADRO I: Projetos de atuação disponíveis no *website* da Casa Fluminense

PROJETOS	OBJETIVOS
Curso de Políticas Públicas 2020 <sup>18</sup>	O público alvo da iniciativa são ativistas e mobilizadores sociais, visa fomentar a inserção de grupos, movimentos, coletivos e organizações dentro dos espaços de formulação de políticas públicas nos municípios da RM.
Mapa da Participação	Utilizando do georreferenciamento o mapa mostra outros atores sociais e mobilizações em toda metrópole carioca, podemos encontrá-los dentro das classificações sugeridas pelos filtros de busca: os tipos de instituição e as áreas de atuação.
Fundo Casa Fluminense	As contribuições arrecadadas pelo fundo são destinadas ao suporte de ações mobilizadas por grupos, coletivos e cidadãos comprometidos com a construção de um Rio de Janeiro “mais igual, democrático sustentável”.
Painel de Monitoramento da Gestão Municipal	Através de um painel interativo essa ferramenta promovida pela CF demonstra quais municípios obtêm instrumentos de gestão como lei de acesso à informação, plano de saneamento, plano de resíduos sólidos, entre outros. Alertando para se há existência, e seu ano de elaboração.

Fonte: Casa Fluminense

Só na Baixada Fluminense, o fundo apoio projetos como o Queimados Pedalando para o Futuro, Seminário de Mobilidade Urbana de Japeri, Seminário Plano Diretor de Caxias, BF União Ativa na Semana da Baixada 2017, e o I Fórum de turismo Sustentável em Japeri. As ferramentas citadas no *quadro I* assim como todos os planos de atuações da CF demonstram efetivamente o percurso pelos valores das justiça econômica, racial, de gênero e socioambiental, que a CF destaca em todos seus espaços de apresentação, falas e posicionamentos. Os programas entrelaçam uns aos outros potencializando o mapeamento das condições de vida na RMRJ, expondo suas problemáticas cotidianas, igualmente nos âmbitos de gestão, são pensadas metodologias participativas, com fundos de incentivo, mapeamento de forças mobilizadoras, formação política, e projetos que em sua motivação buscam não só discutir as desigualdades, mas formar e construir representantes comprometidos com a inserção nos espaços de construção de políticas públicas adequadas as múltiplas realidades presentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> O curso integra a extensão do Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP/UERJ e tem como colaborador o Grupo Casa.

### **Considerações finais: Um olhar sensível sobre as periferias através da resignificação**

Compreendemos aqui, como já fora mencionado, o racismo ambiental como uma prática espacial de direcionamento de danos ambientais em decorrência dos territórios ocupados pelas minorias étnico-raciais. Se encaixam nesse quadro, no contexto urbano, principalmente as populações das favelas e as periferias, como no caso da Baixada Fluminense. Permeados por tantos temores, vemos que surgem desses territórios as respostas aos ataques sofridos contra essas identidades, à medida em que é a partir das identidades particulares que as coletividades passam a ser entendidas e aproximadas (SANTOS, 2015).

A complexidade das periferias urbanas pouco é compreendida dentro dos modelos hegemônicos de representação territorial e social disponíveis. A generalização da noção de “população urbana” ignora processos como, por exemplo, o do êxodo rural que esvazia os territórios rurais, transformando as cidades - numa lógica desenvolvimentista e urbanizado -, em territórios planejados por “mãos invisíveis” que determinam os modos de ser e viver dentro das sociedades contemporâneas. Transformam os sujeitos, plurais e diversos, que passam a viver nas cidades em um único corpo. Como conclui Antônio Bispo dos Santos: “ou seja, mais uma vez os colonizadores desconsideram as nossas diversas auto denominações para impor uma denominação exógena e generalizada, a de população urbana” (SANTOS, 2015, p. 29).

Ainda assim, as coletividades formadas a partir de um auto reconhecimento identitário, e diria também “afetivo”, como coloca Jussara Freire (2013), se expressam nas suas modalidades discursivas, essas emoções podem ser percebidas para além de uma linguagem direta, no caso da Casa Fluminense, as percebemos na vontade em construir uma rede onde as linguagens e práticas “subalternas” sejam um marco referencial. De certa forma, os Mapas, painéis, infográficos elaborados por esses dedicados mobilizadores sociais, passam a surtir efeitos nas análises sobre os territórios, onde se destacam as apropriações das populações marginalizadas, ativistas, que através da sua “estética subversiva, denunciam os impactos negativos dos grandes projetos de infraestrutura.” (Rocha, 2015 apud Gouveia e de oliveira, 2019)

As Representações cartográfica como os mapas oficiais que são adotados principalmente nas vias oficiais, baseiam ainda nos modelos adotados desde sua utilização como importante ferramenta de expansão colonial (GOUVEIA, DE OLIVEIRA, 2019),

resguardando em seus usos na pós-colonialidade cargas ideológicas e políticas de representação. Compreender os mapas como instrumentos que fogem da neutralidade desde a sua elaboração a seus usos epistemológicos, aponta a necessidade de apropriação desse recurso gráfico por outros atores sociais.

Os mapas, antes de qualquer coisa, podem ser considerados imagens carregadas de um “juízo de valor”, e por isso, deixam de ser compreendidos apenas como levantamentos, recortes, produções inerentes e passivas do mundo. Pelo contrário, devem ser consideradas como contribuintes e partícipes de um diálogo num mundo socialmente construído. (GOUVEIA, DE OLIVEIRA, 2019, p.2)

O Mapa da Desigualdade de 2020 apresentado pela CF destaca pontos fundamentais aos debates acerca das dinâmicas do racismo ambiental na Baixada Fluminense. Diversos dados obtidos através dos mapas elaborados pela CF já foram evidenciados neste trabalho, apontando seu uso não só como uma ferramenta metodológica, mas como essas práticas podem ser “apropriadas e subvertidas em favor daqueles, que durante séculos, tiveram sua cultura, forma de apropriação desqualificados pelo discurso da modernidade europeia” (GOUVEIA E DE OLIVEIRA, 2019, p. 8). Pensando nesses recursos, a gente vê na Casa Fluminense um lugar onde as disputas simbólicas se materializam em relatos das histórias vividas pela população, com nomes, corpos e territorialidades. No portal de notícias G1 a manchete alerta para a posição do Rio de Janeiro entre as 10 metrópoles mais desiguais no mundo, a partir da pesquisa elaborada pela Casa Fluminense, destaco a introdução da notícia: "A região metropolitana conta com mais de 13 milhões de habitantes, distribuídos em 22 cidades. Dez delas formam a Baixada Fluminense, onde os moradores encontram os piores indicadores de desenvolvimento humano e social do estado." (Portal G1, 2020).

O mapa rendeu uma proporção significativa de matérias, reportagens, artigos e possibilidades, que não permite o ocultamento de quais são as territorialidades, grupos e corpos que vivenciam os efeitos do colonialismo dentro das produções de desigualdade. Abranjo assim como aponta Selene Herculano (2008), que "o enfrentamento deste modelo requer que se desfaça a obscuridade e o silêncio que são lançados sobre a distribuição desigual dos riscos ambientais" e, continua Herculano, "pensamos que o tema da 'justiça ambiental' – que indica a necessidade de trabalhar a questão não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça" (HERCULANO, 2008, p. 13).

Para enfrentar o racismo ambiental é preciso diagnosticar os organismos que reproduzem e realizam a manutenção de suas dinâmicas; quando falamos do âmbito ambiental, introduzir nas esferas de decisão um discurso que vá para além do

diagnóstico da “crise ambiental globalizada” que atingiria de maneira homogênea todas as vidas, impulsiona e instiga conhecermos essa dinâmica para além de duas máscaras. Acredito que podemos colher os efeitos positivos dessa perspectiva em diversas áreas de estudo e de atuação política, inclusive impulsionando outro tipo de produções e os diálogos entre elas. Por exemplo, o Mapa Envolvendo Injustiça ambiental e Saúde no Brasil (Fiocruz), a Cartografia Social Mulheres da Baixada, o Projeto povos, entre outros<sup>19</sup>. De modo em que os mapeamentos -e todos os outros instrumentos de representações territoriais- idealizados com a participação e liderança dos grupos contracoloniais sejam reconhecidos como uma potência identitária e legítima de representação da realidade social.

### Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo de conflitos ambientais. in: *Conflitos Ambientais no Brasil* / Organizador Henri Acelrad - Rio de Janeiro: Relume Dumará-Fundação Heinrich Boll, 2004. 245 p. [S.I]. p. 13-24. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590751/mod\\_resource/content/1/Conflitos%20Ambientais%20no%20Brasil.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590751/mod_resource/content/1/Conflitos%20Ambientais%20no%20Brasil.pdf) . Acesso em: 2 ago. 2020

ALMEIDA, D. S. Racismo Ambiental e a distribuição racialmente desigual dos danos ambientais no Brasil. *Relatório PIBIC*, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2015/relatorios\\_pdf/ccs/DIR/DIR-Daniela\\_Almeida.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Daniela_Almeida.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

CARVALHO, Isabel - Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. *CONFLUENZE*, Bologna, Vol. 1, No. 1, p. 136-157, 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 2000.

FIGUEIREDO, de Maria Aparecida. GÊNESE E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA BAIXADA FLUMINENSE. *Revista geo-paisagem ( on line )*. Ano 3, nº5. Janeiro/Junho de 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixada.htm> . Acesso em: 28 jul.2020

FIOCRUZ. Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>. Acesso em: 13 Dez. 2019

FLUMINENSE, Casa. Mapa da Desigualdade, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. 2020. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 10 ago.2020

FREIRE, Jussara. O apego com a cidade e o orgulho de ‘ser baixada’: emoções, engajamento político e ação coletiva em Nova Iguaçu. *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da*

<sup>19</sup> “Mapa envolvendo Injustiça ambiental e Saúde no Brasil”. Disponível em:

<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>

“Cartografia Social o impacto da Militarização na vida das Mulheres da Baixada”. Disponível em:

<https://casafluminense.org.br/cartografia-social-mulheres-da-baixada/>

“Projeto povos”. Disponível em: <https://www.otss.org.br/post/projeto-povos-se-inspira-em-cartografias->



[sociais-para-caracterizar-territorios-tradicionais](#)

*Emoção*, v. 11, n. 33, p. 915-940. dez 2012. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/JussaraDos.pdf>

STUART, Hall. O espetáculo do "outro". In: HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2016.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e contra o Racismo Ambiental. São Paulo: *INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.3, n.1, Artigo 2, 1-20. jan./ abril 2008. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020

HERCULANO, Selene. JUSTIÇA AMBIENTAL: DE LOVE CANAL À CIDADE DOS MENINOS, EM UMA PERSPECTIVA COMPARADA. *Justiça e Sociedade: temas e perspectivas*. Marcelo Pereira de Mello (org.) São Paulo: LTr, 2001, p. 215 - 238. Disponível em: [http://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/JUSTI%C3%87A\\_AMBIENTAL\\_de\\_Love\\_Canal\\_v5\\_%C3%A0\\_Cidade\\_dos\\_Meninos.pdf](http://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/JUSTI%C3%87A_AMBIENTAL_de_Love_Canal_v5_%C3%A0_Cidade_dos_Meninos.pdf). Acesso em: 15 ago. 2020

HERCULANO, Selene e PACHECO, Tânia. (orgs.) *Racismo ambiental – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental*. Rio de Janeiro, FASE, 2006

LOPES, Artur Costa. A rodovia Washington Luiz e as transformações no Espaço de Duque de Caxias. *Revista Eletrônica História, Natureza e Espaço* - ISSN 2317-8361 v. 2, n. 2 (2013)

MALERBA, Julianna. Encontro no Rio de Janeiro debate racismo ambiental. Fase, 2020, Rio de Janeiro, 4 mar.2020. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/encontro-no-rio-de-janeiro-debate-racismo-ambiental/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MORAIS, Marcelo Loura de. A Baixada Fluminense “Respira os ares do progresso”: Um Estudo do Distrito Industrial de Queimados-RJ. *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 3, n. 4, 2014.

OLIVEIRA, Mara E. Baptista De.; GOUVEIA, Matheus. O legado colonial por trás dos mapas: reflexões sobre cartografia e comunidades tradicionais. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, São Paulo. 2019. Disponível em: [https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562962573\\_ARQUIVO\\_Finalizado\\_artigo\\_ENANPEGE2019.pdf](https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562962573_ARQUIVO_Finalizado_artigo_ENANPEGE2019.pdf). Acesso em: 14 ago. 2020.

REFORMA Pereira Passos. Disponível em: <http://oswaldocruz.fiocruz.br/index.php/biografia/trajetoria-cientifica/na-diretoria-geral-de-saude-publica/reforma-pereira-passos>. Acesso em: 2 Ago.2020

REGUEIRA, Chico. Rio está entre as metrópoles mas desiguais do Mundo, diz estudo da Casa Fluminense. *Portal G1*, 2020, Rio de Janeiro, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/13/rio-esta-entre-as-10-metropoles-mais-desiguais-do-mundo-diz-estudo-da-casa-fluminense.ghtml>. Acesso em: 16 Ago. 2020

RODRIGUEZ, Elisângela Cortes Braga. *Cidade do Rio de Janeiro: indicadores censitários – raça e cor – na conformação do espaço urbano*. Rio de Janeiro, 2015. 90f. Dissertação (Mestrado em relações étnicorraciais) - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://dippg.cefet->

[http://www.adur-rj.org.br/pprer/attachments/article/81/49\\_Elisangela%20Cortes%20Braga%20Rodriguez.pdf](http://www.adur-rj.org.br/pprer/attachments/article/81/49_Elisangela%20Cortes%20Braga%20Rodriguez.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

SÁ, Eduardo. Descaso ambiental na Baixada Fluminense: População de Seropédica protesta contra instalação de aterro sanitário sobre um aquífero. Disponível em: [http://www.adur-rj.org.br/5com/pop/descaso\\_ambiental.htm](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop/descaso_ambiental.htm). Acesso em: 15 jul. 2020

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos, Modos e Significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômicas e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. Niterói, 2006. 284f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociência, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp027823.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2020

SCHMIDT, Larissa. Pesquisa mapeia mais de 300 mil casas no RJ onde mais de três pessoas dormem no mesmo cômodo. *Portal G1*, Rio de Janeiro, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/24/pesquisa-mapeia-mais-de-300-mil-casas-no-rj-onde-mais-de-tres-pessoas-dormem-no-mesmo-comodo.ghtml> . Acesso em: 20 jul. 2020

VIÉGAS, R. N. Desigualdade ambiental e “zonas de sacrifício”. *PPGSA/IFCS – UFRJ*. Rio de Janeiro, 2006.